



PARTE A

GABINETE DO REPRESENTANTE DA REPÚBLICA PARA A REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Despacho n.º 13026/2013

Nos termos conjugados do artigo 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, do artigo n.º 12.º, n.º 1, do Decreto-Lei

n.º 262/88, de 23 de julho e do artigo 20.º, n.º 1, da Lei n.º 30/2008, de 10 de julho, exonero, a seu pedido, das funções de adjunto do meu Gabinete, o Doutor António Ulisses Cortês a partir do dia 01 de outubro de 2013.

30 de setembro de 2013. — O Representante da República para a Região Autónoma da Madeira, *Ireneu Cabral Barreto*.

207290432



PARTE B

PROVEDORIA DE JUSTIÇA

Despacho n.º 13027/2013

Ao abrigo do disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de agosto, com a redação atualmente vigente, renovo a comissão de serviço da licenciada em Direito Ana Lúcia Guerreiro Pereira dos Reis Santos, para o cargo de Assessora do Provedor de Justiça, com efeitos a partir da data do presente despacho.

26 de setembro de 2013. — O Provedor de Justiça, *José de Faria Costa*.

Nota curricular

Ana Lúcia Guerreiro Pereira dos Reis Santos — natural de Alcochete (25.04.1975).

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em julho de 1998.

Concluiu com aproveitamento estágio de advocacia na Ordem dos Advogados em julho de 2000, com especial incidência nas áreas de Direito Civil, Direito Comercial e Direito Penal;

Adquiriu o nível B1.2 de alemão no Goethe-Institut (fevereiro de 2005).

Desde 1 de agosto de 2000 exerce funções, em regime de comissão de serviço, como assessora do Provedor de Justiça na área dos assuntos económicos e financeiros, fiscalidade, fundos europeus e nacionais, responsabilidade civil, contratação pública e direitos dos consumidores.

Entre outubro de 1998 e julho de 2000 desempenhou funções como monitora da disciplina de Direito Processual Civil I na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Formação mais relevante: Cursos sobre Responsabilidade Civil Extracontratual dos Poderes Públicos, Direito das Contraordenações, Política Agrícola Comum, Cláusulas Contratuais Gerais; Direito Bancário e Direito dos Valores Mobiliários.

207294012

Despacho n.º 13028/2013

Ao abrigo do disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de agosto, com a redação atualmente vigente, renovo a comissão de serviço da licenciada em Direito Elsa Maria Henriques Dias no cargo de Coordenadora da Provedoria de Justiça, com efeitos a partir da data do presente despacho.

26 de setembro de 2013. — O Provedor de Justiça, *José de Faria Costa*.

Nota curricular

Elsa Maria Henriques Dias — natural de Alverca do Ribatejo (10.03.1966).

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1988).

Pós-graduações em Estudos Europeus, pelo Instituto Europeu da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e em Gestão Fis-

cal das Organizações, pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG).

“Certificate of Proficiency in English”, da Universidade de Cambridge, pelo Instituto Britânico em Portugal.

Curso de Língua e Cultura Italiana pelo “Istituto Italiano di Cultura in Portogallo”

Exerceu funções de apoio jurídico ao Gabinete do Diretor de Finanças de Lisboa, entre 1989 e 1992 e foi advogada do Gabinete Jurídico e de Contencioso da CP — Comboios de Portugal, E. P. E. entre 1992 e 1993.

Desde 1993 que se encontra em comissão de serviço na Provedoria de Justiça, onde começou por exercer funções de Assessora na área dos assuntos económicos e financeiros, fiscalidade, fundos europeus e nacionais, responsabilidade civil, contratação pública e direitos dos consumidores, tendo sido nomeada Coordenadora dessa mesma área entre 1998 e 2000, cargo que retomou em 2005 e que atualmente exerce.

Entre 2000 e 2005, enquanto assessora jurídica especializada do Gabinete do Provedor de Justiça, continuou a assegurar a instrução de processos na área supra mencionada e exerceu, adicionalmente, funções de Assessora na Extensão da Provedoria de Justiça na Região Autónoma da Madeira, tendo ainda coordenado as Linhas Verdes “Recados da Criança” e “Cidadão Idoso”.

207293535

Despacho n.º 13029/2013

Ao abrigo do disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de agosto, com a redação atualmente vigente, renovo a comissão de serviço do licenciado em Direito António Manuel Duarte Magalhães, para o cargo de Assessor do Provedor de Justiça, com efeitos a partir da data do presente despacho.

26 de setembro de 2013. — O Provedor de Justiça, *José de Faria Costa*.

ANEXO

Nota curricular

António Manuel Duarte Magalhães — natural de Abraveses, Viseu (22.02.1967).

Habilitações académicas e profissionais:

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (1991);

Advogado (exercício da atividade suspenso por iniciativa do próprio); First Certificate in English, pela University of Cambridge.

Experiência profissional:

De março de 2008 até à data, Assessor do Provedor de Justiça, em regime de comissão de serviço, na área dos assuntos económicos e financeiros, fiscalidade, fundos europeus e nacionais, responsabilidade civil, contratação pública e direitos dos consumidores.

De janeiro de 1992 a julho de 2005, desempenho de funções na KPMG & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., tendo alcançado a categoria profissional de chefe de departamento (*senior manager*) de consultoria contabilístico-fiscal.

207294207

Despacho n.º 13030/2013

Ao abrigo do disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de agosto, com a redação atualmente vigente, renovo a comissão de serviço da licenciada em Direito Ana Maria Lourenço da Cruz, para o cargo de Assessora do Provedor de Justiça, com efeitos a partir da data do presente despacho.

26 de setembro de 2013. — O Provedor de Justiça, *José de Faria Costa*.

Nota curricular

Ana Maria Lourenço da Cruz — natural de Lisboa (26.08.1964). Licenciada em Direito (1983-1988) pela Faculdade de Direito de Lisboa.

Detém três Pós-graduações, respetivamente, Especialização em Direito Fiscal pelo Instituto Económico, Financeiro e Fiscal da Faculdade de Direito de Lisboa (2012-2013), Direito da Concorrência e da Regulação, pelo mesmo Instituto (2003-2004) e Estudos Europeus pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (1997-1998).

Desde abril de 2005 — Assessora do Provedor de Justiça, em regime de comissão de serviço, na área dos assuntos económicos e financeiros, fiscalidade, fundos europeus e nacionais, responsabilidade civil, contratação pública e direitos dos consumidores.

Junho de 2003 a abril de 2005 — Jurista no Gabinete Municipal de Auditoria da Câmara Municipal de Oeiras;

Agosto de 2000 a junho de 2003 — Inspetora Superior Principal na Inspeção-Geral dos Serviços de Justiça;

1994-2000 — Assessora do Provedor de Justiça, na mesma área em que atualmente exerce funções.

1992-1993 — Jornalista do «Diário Económico» para a área da União Europeia;

1990-1992 — Estágio de advocacia concluído e um ano de prática de advocacia (inscrição na Ordem dos Advogados suspensa a pedido).

Participação na obra coletiva XX Aniversário da Provedoria de Justiça (1995) com o artigo «Reprivatizações — Limites à participação de Entidades estrangeiras, residentes ou com sede da União Europeia».

207294142

Despacho n.º 13031/2013

Ao abrigo do disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de agosto, com a redação atualmente vigente, renovo a comissão de serviço do licenciado em Direito André Barata Nunes da Silva Barata, para o cargo de Assessor do Provedor de Justiça, com efeitos a partir da data do presente despacho.

26 de setembro de 2013. — O Provedor de Justiça, *José de Faria Costa*.

Nota curricular

André Barata Nunes da Silva Barata — natural de Luanda (19.04.1972).

Licenciado em Direito pela Universidade Internacional, em julho de 1995, e pós-graduado em Direito Fiscal pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em setembro de 2003.

Desde janeiro de 1999, assessor do Provedor de Justiça, em regime de comissão de serviço, na área dos assuntos económicos e financeiros, fiscalidade, fundos europeus e nacionais, responsabilidade civil, contratação pública e direitos dos consumidores.

Entre fevereiro de 1998 e dezembro de 1998, colaborador jurídico especializado do Gabinete do Provedor de Justiça.

Nos anos letivos de 1999/2000 a 2001/2002, docente do IESC — Instituto de Estudos Superiores de Contabilidade, no âmbito da Licenciatura em Contabilidade e Administração.

Em 2003 e 2004, responsável pelo módulo “A resolução de conflitos de consumo” no âmbito do curso “Os direitos dos consumidores”, realizado na Ordem dos Advogados. Jurista no Gabinete de Apoio ao Consumidor criado no âmbito da “Exposição Internacional de Lisboa — EXPO 98”, realizada entre maio e setembro de 1998.

De novembro de 1997 a agosto de 1998, jurista no Departamento de Estudos e Apoio ao Consumidor da DECO — Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor. De setembro de 1996 a novembro de 1997, integrou a Direção de Serviços de Recursos Humanos da Direção-Geral dos Registos e do Notariado.

Em 1998 concluiu o estágio de advocacia iniciado em 1996, na Sociedade de Advogados Pedrosa de Lima, Mouzinho Craveiro & Associados.

207293973

Despacho n.º 13032/2013

Ao abrigo do disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de agosto, com a redação atualmente vigente, renovo a comissão de serviço do licenciado em Direito António Manuel Gomes da Silva, para o cargo de Assessor do Provedor de Justiça, com efeitos a partir da data do presente despacho.

26 de setembro de 2013. — O Provedor de Justiça, *José de Faria Costa*.

Nota curricular

António Manuel Gomes da Silva (26.05.1959).

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1980/1985).

É técnico superior do mapa de pessoal da Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, desempenhando, em comissão de serviço, desde 16 de fevereiro de 2000, as funções de assessor do Provedor de Justiça na área dos assuntos económicos e financeiros, fiscalidade, fundos europeus e nacionais, responsabilidade civil, contratação pública e direitos dos consumidores.

Em outubro de 1988 concluiu o estágio de advocacia.

Entre 15 de maio de 1987 e 04 de maio de 1988 efetuou um Estágio de Aperfeiçoamento Profissional no Departamento de Gestão de Recursos Humanos/Divisão de Estudos, da Câmara Municipal de Lisboa, onde viria a ser contratado para o desempenho das funções de técnico superior, entre 05 de maio de 1988 e 15 de abril de 1990.

Entre 27 de abril de 1990 e 22 de outubro de 1991, desempenhou, também, funções de técnico superior no Gabinete Técnico Jurídico do Serviço de Administração e Função Pública do Governo de Macau.

Em 23 de outubro de 1991, foi nomeado Chefe do Departamento de Gestão e Planeamento da Diretoria da Polícia Judiciária de Macau, cargo que desempenhou até a 14 de dezembro de 1995.

Em 15 de dezembro de 1995, foi nomeado Chefe de Gabinete do Alto Comissário Contra a Corrupção e a Ilegalidade Administrativa de Macau, cargo em que se manteve até 19 de dezembro de 1999.

207293876

Despacho n.º 13033/2013

Ao abrigo do disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de agosto, com a redação atualmente vigente, renovo a comissão de serviço do licenciado em Direito Luís Manuel Cruz Pereira, para o cargo de Assessor do Provedor de Justiça, com efeitos a partir da data do presente despacho.

26 de setembro de 2013. — O Provedor de Justiça, *José de Faria Costa*.

Nota curricular

Luís Manuel Cruz Pereira — natural de Lisboa (02.07.1977).

Licenciou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa, na menção de jurídicas, em 2001.

Pós-Graduado em Direito Fiscal, em 2004, pela Faculdade de Direito de Lisboa.

Especialização em Fiscalidade, em 2005, pelo INDEG.

Agregação à Ordem dos Advogados concluída em 2004.

Consultor legal e fiscal na Grant Thornton Consultores, L.ª entre 2005 e 2008.

Consultor fiscal na DFK & Associados — SROC, S. A. entre 2008 e 2012.

Assessor do Provedor de Justiça, em comissão de serviço, desde 2012, na área dos assuntos económicos e financeiros, fiscalidade, fundos europeus e nacionais, responsabilidade civil, contratação pública e direitos dos consumidores.

207293924